CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 - FONE 255-20-44 - CEP 01045-903
FAX Nº 231-1518

PROCESSO CEE Nº: 658/95 - Ap. Proc. DE Barretos nº77/1702/94
INTERESSADO: Escola Agropecuária São Francisco de Assis,
Colina

ASSUNTO: Convalidação de atos escolares

RELATORA: Consª Sylvia Figueiredo Gouvêa

PARECER CEE Nº 748/95 - CESG "D" - Aprovado em 29-11-95
COMUNICADO AO PLENO EM 13-12-95

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

Na inicial, o Diretor da Escola Agropecuária "São Francisco de Assis" de Colina, DE de Barretos, pelo Ofício nº 07/94, de 17-03-94, dirige-se ao Conselho Estadual de Educação, para solicitar a convalidação de estudos realizados pelos alunos, em 1993, na 1ª série do 2º grau, quando a escola não estava autorizada a ministrar o "Curso de Técnico em Agropecuária".

Em sua justificativa, a direção esclarece que:

- a escola foi autorizada a funcionar da 5ª à 8ª série do 1º grau pelo Parecer CEE nº 383/89, em caráter experimental, obtendo autorização definitiva pelo Parecer CEE nº 1.468/92.

-a escola é administrada e gerida pela Associação Municipal de Ensino de Colina - AMEC - a qual mantém o ensino de primeiro e segundo graus, inteiramente gratuitos, e o funcionamento do segundo grau visa, exclusivamente, dar sequência de escolaridade aos alunos de primeiro grau. Não havendo continuidade de estudos em nível de segundo grau, a escola estaria incompleta, pois seu escopo é formar profissionais com Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária.

PROCESSO CEE Nº 658/95

PARECER CEE Nº 748/95

A supervisão de ensino de Barretos, em sua análise, relata que:

- em 1993, a escola funcionou, irregularmente, com uma classe de 1ª série do 2º grau;

- a situação existente foi analisada por uma Comissão de Supervisores, que concluiu seu trabalho, propondo medidas para sanar o problema;

- a Sra. Delegada determinou que o curso fosse interrompido, remanejando os alunos para outra escola no município, ainda no 1º bimestre de 1993;

- a direção, desrespeitando a determinação, manteve a classe em funcionamento;

- em 24-05-93, a Sra. Delegada comunicou a irregularidade ao Sr. Secretário da Educação, solicitando medidas que pusessem fim à irregularidade;

- as atividades escolares do ensino de 2º grau se desenvolveram no ano de 1993, sem acompanhamento por parte da supervisão de ensino e da DE, uma vez que a Secretaria da Educação, através de seus órgãos, não havia autorizado a instalação e funcionamento do referido curso;

- em 1994, foi publicado no D.O.E de 04-01-94, Portaria autorizando o funcionamento de uma classe de 1ª e uma de 2ª série, dando continuidade de estudos aos alunos que a escola atendeu, no ano anterior, de forma irregular;

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 658/95

PARECER CEE Nº 748/95

Concluindo seu relato, a supervisão de ensino constatou que a escola desenvolveu suas atividades à revelia, tendo desrespeitado as determinações da Sra. Delegada, de abril de 1993. Entende que a vida escolar dos 16 alunos, constantes da relação anexa às fls. 35 do Proc. CEE nº 658/95, deve ser regularizada, submetendo à apreciação do CEE.

A Coordenadoria de Ensino do Interior, em 24-07-95, manifestou-se favorável à solicitação da direção da entidade escolar, no sentido de convalidar os atos escolares praticados em 1993, atendendo, dessa forma, o que preceitua o item 2.3 da Conclusão do Parecer CEE nº 288/95.

O período a ser convalidado refere-se a fevereiro de 1993 a 04-01-94.

1.2 APRECIÇÃO

De acordo com a Indicação CEE 02/95, casos de regularização de vida escolar e de convalidação de estudos foram tratados da seguinte forma:

Súmula nº 2: "A convalidação de estudos refere-se a casos em que se apresenta vício extrínseco que compromete todo o processo de escolarização por ausência de pressuposto ou ato formal, o que determina a ineficácia do processo e, portanto, não produz efeitos jurídicos".

"Considera-se vício extrínseco a inexistência de ato que necessariamente deva anteceder o processo de ensino, tal como o de autorização de funcionamento de escola, de curso ou de habilitação.

PROCESSO CEE Nº 658/95

PARECER CEE Nº 748/95

"Se a ineficácia for removida, após tratamento adequado, os estudos do aluno podem e devem ser convalidados".

Súmula nº 3 - "A regularização de vida escolar ou a convalidação de estudos atingem tão somente os atos praticados pelo aluno, não suprimindo direta ou indiretamente, os defeitos dos atos praticados pela entidade mantenedora e ou pela escola (Deliberações CEE nºs 18/86 e 26/86 art. 12 parágrafo único).

2. CONCLUSÃO

Convalidam-se, excepcionalmente, os estudos realizados, no período de 1º de fevereiro de 1993 a 04 de janeiro de 1994, no Curso de Habilitação Profissional Plena de Técnico em Agropecuária, da Escola Agropecuária "São Francisco de Assis" de Colina, DE de Barretos, pelos alunos: Alexandre Sperchi Wahbe RG 28.076.172-7, Ana Lúcia Rodrigues RG 29.305.985-8, Ana Paula Rodrigues RG 29.305.999-8, Anderson Mendes Fachina RG 29.306.011-3, Carlos Eduardo Origuela RG 29.305.950-3, Fabiana Paula Vieira RG 26.728.455, Fábio Aparecido Garcia RG 29.097.264-4, Fernando Carvalho da Silva RG 23.226.162-3, Fernando César Mamprin RG 27.010.141-x, Leandro Michel Ferreira RG 28.367.970-0, Luciano Luiz de Souza RG 29.306.013-7, Luiz Roberto Loraschi RG 29.305.978-0, Nilson Vicente Angola RG 22.622.887-3, Nivaldo Zanon Junior RG 28.504.958-6, Ricardo Almeida Rocha RG 28.305.981-0, Roberto Della Rosa Mendez RG 29.305.989-5.

São Paulo, 08 de novembro de 1995

a) *Cons^a. Sylvia Figueiredo Gouvêa*

Relatora

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO CEE Nº 658/95

PARECER CEE Nº 748/95

3. DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota, como seu Parecer, o voto da Relatora.

Presentes os Conselheiros: Arthur Fonseca Filho, Pedro Salomão José Kassab, Sonia Aparecida Romeu Alcici, Sonia Teresinha de Sousa Penin e Sylvia Figueiredo Gouvêa.

Sala da Câmara do Ensino do Segundo Grau, em 29 de novembro de 1995.

a) Cons. Pedro Salomão José Kassab

Presidente da CESG